

Secretaria de
Estado de
Esporte e
Lazer



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Edital

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 – SEEL

LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP E LOTE DE DISPUTA GERAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) NO FORNECIMENTO DE BEBEDOUROS, PURIFICADORES E FILTROS (REFIS) PARA SEREM UTILIZADOS NAS PRAÇAS ESPORTIVAS JURISDICIONADAS À SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER – SEEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

ABERTURA: 13/09/2022 às 09:00 horas

AVISO DE LICITAÇÃOPREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022
PROCESSO Nº 202117576001649

A Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 117/2022 - SEEL, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Lote, em sessão pública eletrônica a partir das 09:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 13 /09/2022, através do site www.comprasnet.go.gov.br, destinado à contratação de empresa (s) especializada (s) no fornecimento de bebedouros, purificadores e filtros (refis) para serem utilizados nas praças esportivas jurisdicionadas à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL, conforme legislação e especificações, quantitativos e condições constantes no Termo de Referência, anexo I e demais disposições fixadas neste Edital e seus anexos, relativo ao Processo nº 202217576001649, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012 alterada pela lei nº 18.989 de 27 de agosto de 2015, Decreto Estadual nº 9.666 de 21 de maio de 2020, Lei Complementar 123/2006, modificada pela Lei 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Patrícia de Castro Cavalcante
Gerente de Compras Governamentais**EDITAL DE LICITAÇÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022
PROCESSO Nº 202217576001649

A Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 117/2022 - SEEL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Lote, com lotes exclusivos para ME's e EPP's e lote de disputa geral em sessão pública eletrônica, através do site www.comprasnet.go.gov.br, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012 alterada pela lei nº 18.989 de 27 de agosto de 2015, Decreto Estadual 9.666 de 21 de maio de 2021, Lei Complementar 123/2006, modificada pela Lei 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1 - DO OBJETO E DO VALOR ESTIMADO

O presente Pregão tem por objeto a Contratação de empresa (s) especializada (s) no Fornecimento de Bebedouros, Purificadores e Filtros (refis) para serem utilizados nas praças esportivas jurisdicionadas à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL, conforme legislação e especificações, quantitativos e condições constantes no Termo de Referência, Anexo I e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos.

LOTE I					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário	Valor Total
1	BEBEDOURO DE PRESSÃO EM AÇO INOX - modelo coluna; cor inox; duas torneiras de pressão (jato para boca e jato para copo); temperatura da água: natural e gelada; controle automático de temperatura; uso adequado para áreas externas e internas; tensão/voltagem: 220v; refrigeração compressor; termostato interno; capacidade mínima do reservatório 1L; capacidade mínima de fornecimento de água gelada 2L/h; temperatura de resfriamento de 10º C; tipo de filtro: C3; tripla etapa de purificação da água; eficiência em redução de partículas e cloro livre; refil de fácil manutenção e troca; deve vir acompanhado de filtro para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; Garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: BEBEDOURO PURIFICADOR DE PRESSÃO IBBL PURIPRESS 40.	29	unidade	R\$ 1.306,91	R\$37.900,39
2	Filtro (refil) C+3, sistema girou-trocou, 3 etapas de filtragem, vida útil de 3.000L ou 6 meses, bacteriostático, vasão 60L/h, 5 a 50 m.c.a 49,03 a 490,33 kPa.	111	unidade	R\$78,94	R\$8.762,34
TOTAL ESTIMADO LOTE I					R\$46.662,73

LOTE II				
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO

				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS EM AÇO INOX - construído em aço inox; uso interno e externo; reservatório em polipropileno atóxico com capacidade para 100 litros; boia para regulagem do nível da água; bocal de 03 saídas em latão cromado, sendo duas torneiras e uma válvula jato; refrigeração por compressor; termostato com pelo menos 3 níveis para controle de temperatura; Serpentina em aço inox; aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno; utiliza gás ecológico; tensão/voltagem: 220v; pés reguláveis em ABS injetado de alta resistência; deve vir acompanhado de filtros para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: BEBEDOURO INDUSTRIAL ACQUA GELATA 100 LITROS.	3	unidade	R\$3.713,52	R\$11.140,56
2	Filtro de bebedouro, tipo externo AP200, capacidade 680L/h, material em plástico abs branco, sistema de tripla filtração, água livre de materiais particulados como areia, barro, ferrugem, poeiras e outros sedimentos, além de eliminar mais de 75% do gosto e cheiro do cloro, selo do INMETRO.	16	unidade	R\$74,55	R\$1.192,80
TOTAL ESTIMADO LOTE II					R\$12.333,36

LOTE III

ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BEBEDOURO SUSPENSO - para fixação na parede; pode ser utilizado em áreas internas e externas; jato para boca; regulagem do jato de água; protetor bucal flexível; água natural, gelada e misturada; atende ao desenho universal: para pessoas com mobilidade reduzida, deficientes físicos e visuais; teclas em braille; carenagem plástica com proteção UV; gabinete em chapa; tampo em aço inox; refil que possibilita a troca sem fechar o registro; tensão/voltagem: 220v; serpentina externa; tipo de Filtro: C-5 + Pré C+3; 6 etapas de purificação; eficiência na retenção de partículas; eficiência na redução de cloro livre; volume interno do aparelho de no mínimo 1,2 L; capacidade de fornecimento de água gelada de no mínimo 2,75 L/h; temperatura de resfriamento 10°C; refrigeração por compressor; termostato interno; deve vir acompanhado de filtros para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: BEBEDOURO DE PRESSÃO PDF 100 IBBL.	108	unidade	R\$2.034,68	R\$219.745,44
2	Filtro C+3 pré (refil), uma etapa de purificação, vazão 60L/h, pressão de trabalho 5 a 50 m.c.a. 49,03 a 490,33 kPa, Sistema Girou-trocou.	404	unidade	R\$73,52	R\$29.702,08
3	Filtro (refil) C+5, sistema girou-trocou, 3 etapas de filtragem, vida útil de 3.000L ou 6 meses, bacteriostático, vazão 60L/h, 5 a 50 m.c.a 49,03 a 490,33 kPa.	404	unidade	R\$74,17	R\$29.964,68
TOTAL ESTIMADO LOTE III					R\$279.412,20

LOTE IV

ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	PURIFICADOR DE ÁGUA - cor branco, preto ou prata; pode ser utilizado na bancada ou parede; botão misturador possibilitando o fornecimento de água com temperatura natural, gelada e misturada; indicador para quando o refil deve ser trocado; bandeja removível; bica articulável; refil de fácil troca, sem o fechamento do registro; altura livre da bica de no mínimo 22,5 cm; serpentina externa; refrigeração por compressor; capacidade de fornecimento de água gelada de no mínimo 0,6L/h; capacidade interna de no mínimo 1,4L; temperatura de resfriamento 10°C; pés antiderrapantes; filtro tipo CZ+7; eficiência na retenção de cloro livre; eficiência bacteriológica; tensão/voltagem: 220v; deve vir acompanhado de filtros para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: Purificador IBBL Evo Immaginare.	4	unidade	R\$1.091,17	R\$4.364,68
2	filtro CZ+7 sistema girou-trocou, 7 etapas de filtragem, elimina odores e sabores da água, vida útil de 3.000L ou 6 meses, bacteriostático, vazão 60L/h, 5 a 50 m.c.a 49,03 a 490,33 kPa.	16	unidade	R\$94,97	R\$1.519,52
TOTAL ESTIMADO LOTE IV					R\$5.884,20

LOTE V

ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BEBEDOUROS DE COLUNA PARA GARRAFÃO - modelo coluna; cor inox e preto; comporta galões de 20litros; fornecimento de água em temperatura natural ou gelada; bandeja removível; serpentina externa; torneira up e down; para ambientes internos e externos; pés antiderrapantes; volume interno do aparelho de no mínimo 1,8L; capacidade de fornecimento de água gelada de no mínimo 2L/h; com sistema easy open abertura automática do garrafão, temperatura de resfriamento entre 5° a 15°C; refrigeração por compressor; termostato regulável externo; tensão/voltagem: 220v; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: Bebedouro EGC35 Inox Esmaltec	15	unidade	R\$1.158,75	R\$17.381,25
TOTAL ESTIMADO LOTE V					R\$17.381,25

- 1.1. O valor total estimado dos lotes é de **R\$361.673,74** (trezentos e sessenta e um mil seiscentos e setenta e três reais e setenta e quatro centavos).
- 1.2. Não serão adjudicados os lotes que não atinjam ofertas de valores iguais ou abaixo dos valores estimados de cada item e do total do lote.
- 1.3. Os lotes 1, 2, 4 e 5 são exclusivos à participação de ME's e EPP's, sendo o lote 3 destinado a disputa geral em razão da padronização necessária no caso em tela, conforme justificativa do setor demandante aprovada pela advocacia setorial da SEEL.

2 – DO LOCAL, DATA E HORA

- 2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no dia **13/09/2022 a partir as 09:00 horas**, horário de Brasília, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 2.2. **As Propostas Comerciais e os documentos relativos a habilitação do fornecedor deverão ser encaminhadas, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no período compreendido entre o dia 30 de agosto de 2022, data da publicação no DOE, e o dia 13 de setembro de 2022, até às 09:00h. A etapa de lances terá início às 09:10h. A proposta deverá conter o valor unitário de cada item e valor total do lote.**
- 2.3. O prazo fixado para a apresentação das propostas e documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contados da data de publicação do aviso do edital, Dec. Estadual 9.666/21, Art. 25°.
- 2.3.1. O licitante que apresentar a melhor oferta poderá encaminhar documento(s) requerido(s) pelo Pregoeiro para a complementação de informações relevantes à contratação. O prazo para o envio será informado na própria sessão, e será de no mínimo 2 (duas) horas.
- 2.3.2. Poderão participar do Pregão os fornecedores cadastrados, com "status homologado", e os fornecedores pré-cadastrados, não sendo admitida em hipótese alguma a participação dos fornecedores que estejam impedidos de contratar com a administração pública, cujo "status" será informado no sistema como "suspensão". Os inativos e aqueles que tenham os respectivos cadastros vencidos se equiparam aos pré-cadastrados.
- 2.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 2.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 2.6. A fase competitiva (lances), para todos os itens, se iniciará às 09:10 horas do dia 13 de setembro de 2022. O procedimento de encerramento iniciará automaticamente após 10 (dez) minutos; havendo lances a partir do oitavo minuto a etapa de prorrogação terá intervalos de 2 minutos (modo de disputa aberto, Dec. Estadual 9.666/21, Art. 31, inciso I).
- 2.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 2.8. Todas as referências de tempo contidas neste Edital e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO GERAL E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas:
 - a) do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos.
 - b) que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
 - c) que possuam cadastro obrigatório (certificado de registro cadastral – CRC emitido pelo CADFOR, conforme descrito no item 2.3.2 deste edital, ou certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral). O certificado de registro cadastral deverá estar homologado e válido na data de realização do Pregão. Caso o licitante possua apenas o pré-cadastro e ao final do certame seja o detentor da melhor oferta, o Pregoeiro informará ao gestor do sistema ComprasNet que tomará, prioritariamente, as providências para a análise. O licitante vencedor que se valer de outros cadastros para participar de pregão por meio eletrônico deverá providenciar sua inscrição junto ao CADFOR, condição obrigatória para a sua contratação.
- 3.2. A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação de login e senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial data e horário previstos neste Edital, exclusivamente por meio eletrônico.
 - 3.2.1- **São documentos complementares:** aqueles necessários à confirmação dos documentos já exigidos no edital (item 8) e já apresentados, mas que eventualmente careçam de confirmação por meio de diligências, conforme Art. 26, § 9º do Decreto Federal 10.024/19, nestes, se incluem também os documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente, por exemplo, atestados ou declaração de capacitação técnica, que atestem a aptidão das empresas anteriores à abertura da sessão pública do certame segundo Acórdão nº 1211/2021 - TCU. As informações contidas no CRC, à exemplo, certidões fiscais, ainda que vencidas poderão ser igualmente diligenciadas pelo pregoeiro, desde que o licitante anexe o documento, no caso o CRC, anteriormente a abertura da sessão.
 - 3.2.2- A ausência dos documentos exigidos no edital e não apresentados de forma alguma ensejará a inabilitação, salvo se a informação for de pouca relevância e desde que possa ser diligenciada pelo pregoeiro.
- 3.4. **Por determinação da Procuradoria Setorial da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, através do Despacho nº 363/2021, serão consultados, os bancos de dados CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, o CNJ - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e a situação cadastral do CNPJ da Receita Federal e QSA (Quadro de Sócios e Administradores) como condição prévia de participação da empresa melhor classificada.**
- 3.5. É vedada a participação de empresa:

- 3.5.1. Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
- 3.5.2. Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo Único a Lei Federal 8.666/93.
- 3.5.3. Que esteja suspensa de licitar junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores Estado–CADFOR.
- 3.5.4. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Goiás e Governo Federal, durante o prazo da sanção aplicada.
- 3.5.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- 3.5.6. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- 3.5.7. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.
- 3.5.8. Também não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93:

I. O autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica; e

II. Empresa que possua em seu quadro societário ou de pessoal servidores públicos da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, bem como empresa que possua proprietário, sócio ou dirigente que seja cônjuge ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau com servidores públicos da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

3.5.8.1. Considera-se participação indireta, para fins do disposto no subitem 3.5.8, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do Termo de Referência e a Licitante, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

3.5.8.2. O disposto no inciso II do item 3.5.8 aplica-se também aos membros da Comissão de Licitação, ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio.

3.6. A empresa em Recuperação Judicial que tiver a Certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e de comprovação de acolhimento judicial do Plano de Recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/05, em caso de recuperação judicial; ou homologação judicial do Plano de Recuperação, no caso de recuperação extrajudicial, de forma a possibilitar a habilitação de maior número de empresas, NÃO SERÁ IMPEDIDA DE PARTICIPAR.

3.7. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas; a SEEL não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.8. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem qualquer das exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei.

3.9. Conforme estabelecido na Lei Estadual nº 17.928/2012, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos a seguir:

3.9.1- Disputa Geral: Lote 3;

3.9.2- Lotes reservados à ME's e EPP's: 1, 2,4, e 5

3.10. Para usufruir dos benefícios estabelecidos nos dispositivos legais supracitados, a licitante deverá estar enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, devendo declarar-se como tal, apresentar certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, ou comprovação através do enquadramento no CRC – Certificado de Registro Cadastral expedido pelo CADFOR, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório.

3.11. O próprio sistema disponibilizará à licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte. A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios de desempate estabelecidos na Lei supramencionada.

3.12. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.12.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço registrado para o lote.

3.12.2. O critério de desempate, preferência de contratação, aqui disposto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.12.3. A preferência aqui tratada será concedida da seguinte forma:

I – Ocorrendo empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;

II – O direito de preferência previsto no inciso I será exercido, sob pena de preclusão, após o encerramento da rodada de lances, devendo ser apresentada nova proposta no prazo máximo de cinco minutos para o item em situação de empate;

III – No caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no inciso I;

IV – Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

3.12.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 3.12.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1. O acesso ao credenciamento se dará somente às licitantes com cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – CADFOR da SEAD (SEGPLAN) ou àquelas que atendam às condições do item 4.1.5 abaixo.

4.1.1. Para cadastramento, renovação cadastral e regularização, o interessado deverá atender a todas as exigências do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR da SEAD (SEGPLAN). A relação de documentos para cadastramento está disponível no site www.comprasnet.go.gov.br.

4.1.2. Os cadastros aprovados (homologados) e os pré cadastrados, poderão participar do certame. A regularidade - status homologado e regular - é condição para a contratação.

4.1.3. Não havendo pendências documentais será emitido o CRC - Certificado de Registro Cadastral pelo CADFOR, no prazo de 04 (quatro) dias úteis contados do recebimento da documentação.

4.1.4. Salvo os fornecedores que estejam proibidos de contratar com a administração, todos os demais poderão participar do certame, estando a

contratação condicionada a aprovação ou regularização do cadastro, conforme consta no item 4.1.1 deste edital.

4.1.5. Conforme Instrução Normativa nº 004/2011 – SEGPLAN, em caso do licitante pretender utilizar-se de outros cadastros que atendam a legislação pertinente para participar do pregão eletrônico, efetuará seu credenciamento de forma simplificada junto ao CADFOR, caso em que ficará dispensado de apresentar toda a documentação abrangida pelo referido cadastro, mediante a apresentação do mesmo ao CADFOR e terá registrado apenas a condição de “credenciado”.

4.1.6. Os interessados que estiverem com o cadastro homologado ou “credenciados” (conforme item 4.1.5), deverão credenciar-se pelo site www.comprasnet.go.gov.br, opção “login do FORNECEDOR”, conforme instruções nele contidas.

4.2. O credenciamento dar-se-á de forma eletrônica por meio da atribuição de chave de identificação ou senha individual.

4.3. O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.

4.4. O credenciamento do usuário implica sua responsabilidade legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a SEEL, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. As informações complementares para cadastro e credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone (62) 98304-9641 e para operação no sistema Comprasnet.go.gov.br pelo telefone (62) 3201-8752.

5 – DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

5.1. Concluída a fase de credenciamento, as licitantes registrarão suas propostas. Só será aceita uma proposta por Lote para cada licitante e, ao término do prazo estipulado para o encaminhamento de propostas, o sistema automaticamente bloqueará o envio.

5.2. As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site www.comprasnet.go.gov.br durante o período estabelecido neste edital, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do sistema de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação previstas.

5.3. A Proposta Comercial deverá ser formulada e enviada, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, indicando o valor unitário de cada item que compõe o Lote e o valor total do Lote, do objeto do certame, e o ônus de comprovação de sua exequibilidade caberá exclusivamente à licitante, caso solicitado pelo Pregoeiro.

5.3.1. O sistema ComprasNet-GO possibilita à licitante a exclusão/alteração da proposta dentro do prazo estipulado no edital para registro de propostas. Ao término desse prazo, não haverá possibilidade de exclusão/alteração das propostas, as quais serão analisadas conforme definido no edital.

5.4. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.5. O licitante é responsável pelo ônus da perda de negócios resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.7. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como todos os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências do Edital e seus anexos. Entretanto, as empresas enquadradas no regime normal de tributação (empresas não optantes do simples), estabelecidas em Goiás, deverão registrar a proposta com preços desonerados do ICMS conforme disposições do Art. 6º, Inc. XCI do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás - RCTE, que concede isenção de ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas fundações e autarquias, ficando mantido o crédito, observado, dentre outras coisas, à transferência do valor correspondente ao ICMS ao adquirente mediante a redução do preço do bem, mercadoria e serviço, devendo a redução ser demonstrada no documento fiscal.

5.7.1. Por determinação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho “AG” nº 001203/2013, para as empresas estabelecidas em Goiás, isentas do ICMS, conforme item 5.7 acima, as propostas comerciais, enviadas pelas empresas detentoras das melhores ofertas após a fase de lances, deverão conter, obrigatoriamente, além do preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados (valor bruto), o preço resultante da isenção do ICMS conferida (valor líquido), que deverá ser o preço considerado como base de julgamento. O valor líquido será aquele registrado no sistema ComprasNet-GO, de acordo com determinação do item 2.2 deste edital, e será considerado como base para etapa de lances. O valor bruto (com ICMS) servirá apenas para efeito de análise do desconto concedido e para que as ordens de fornecimento possam apresentar os dois valores, facilitando a execução do contrato ou instrumento equivalente.

5.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

5.9. O Pregoeiro verificará as propostas registradas no sistema e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital. A desclassificação da proposta será fundamentada e consignada no sistema, acompanhada em tempo real por todos os participantes.

5.10. O licitante que apresentar a melhor oferta para a administração deverá anexar no sistema a proposta final, após a solicitação do Pregoeiro, no prazo de 2 (duas) horas, contendo obrigatoriamente:

a) Nome da Empresa, CNPJ, endereço, fone/e-mail, nome do responsável, nº da conta corrente e nº da agência bancária que deverá ser informada até a data da assinatura do contrato;

b) Nº do Pregão;

c) Preço em Real, unitário e total com no máximo duas casas decimais, onde deverá estar inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza, e todos os demais custos diretos e indiretos;

d) Objeto ofertado, consoante exigências editalícias e com a quantidade licitada;

e) Prazo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico;

f) Data e assinatura do responsável;

g) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte detentoras da melhor oferta, deverão apresentar também para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nas condições do Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar Federal n. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º;

g1) Certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, ou comprovação através do enquadramento no CRC – Certificado de Registro Cadastral expedido pelo CADFOR, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório;

5.11. Além da proposta, o Pregoeiro poderá, quando for o caso, solicitar outros documentos necessários a comprovação de exigências contidas no edital, não podendo o prazo para que o licitante os anexe no sistema ComprasNet ser inferior a 02 (duas) horas, conforme detalhado no item 8.3.1 deste edital.

6 – DA SESSÃO DO PREGÃO

- 6.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital.
- 6.2. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 6.3. O Pregoeiro realizará a análise preliminar das propostas registradas conforme item 5.9, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. Os licitantes que tiverem suas propostas desclassificadas não poderão ofertar lances.
- 6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro
- 6.5. A fase de lances que terá duração de 10 (dez) minutos; todos os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.6. Durante o transcurso da sessão pública eletrônica, os licitantes serão informados, em tempo real, das mensagens trocadas no chat do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelas licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo valor do lote a ser adquirido, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 6.7.1. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se ainda, o valor de diferença entre os lances, que será de no mínimo R\$ 0,10 (dez centavos). O valor aqui tratado refere-se ao último lance do licitante e não ao valor da menor proposta verificado na disputa; ou seja, ainda que haja um lance menor, o sistema aceitará o lance do licitante desde que dentro do limite do intervalo mínimo de diferença aqui estabelecido;
- 6.7.2. O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances cujos valores não estejam adequados ao item 6.7.1 deste edital;
- 6.8. Não serão aceitos, 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.
- 6.9. Caso a(s) licitante(s) não realize(m) lance(s), permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final, neste caso, se houver duas propostas iguais o sistema procederá um sorteio automático para efetivar a classificação das propostas.
- 6.9.1- Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, existindo duas ou mais propostas com o mesmo valor ou em qualquer situação de empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos **art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993**, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese." (Art. 36 e 37 do Decreto Estadual nº 9.666/2020).
- 6.9.2. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.10. A fase de lances:
- a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- c) Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- d) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 6.11. Após encerradas as operações referidas no item acima, o sistema ficará impedido de receber novos lances.
- 6.12. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro encaminhará através do sistema, contraproposta, com especificação do valor, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, bem assim decidir sua aceitação, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 6.13. O Pregoeiro sempre poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 6.14. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, estes continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- 6.15. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação;

7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1. O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração será o de menor preço por Lote, objeto do certame em tela.
- 7.1.1. Serão considerados os prazos para o fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.
- 7.2. Considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, ofertar o menor preço, após a fase de lances, e ainda, for devidamente habilitada após apreciação da documentação, salvo a situação prevista no item 8.8.1.1 deste Edital.
- 7.3. Declarado o encerramento da etapa competitiva, o Pregoeiro poderá solicitar, se for o caso, outros documentos nos termos constantes do edital e seus anexos, fixando prazo não inferior a 02 (duas) horas para o envio; e, quando o detentor da melhor oferta estiver na condição de pré-cadastrado junto ao ComprasNet, tomará as providências para a análise, ficando o andamento condicionado a manifestação dos gestores do referido sistema.
- 7.4. Caso não se realizem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço com as exigências do Edital.
- 7.5. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, poderá ela ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando a obter preço melhor, conforme o item 6.12 deste edital;
- 7.6. A negociação de que trata o item anterior poderá ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 7.7. Sendo aceitável a oferta de menor preço, o sistema informará quem é a licitante detentora da melhor oferta, respeitada as disposições no item 6.10. Essa licitante deverá encaminhar via sistema, a nova proposta comercial com valores readequados ao valor ofertado e registrado como de menor preço e todos os documentos eventualmente solicitados pelo Pregoeiro;
- 7.8. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.
- 7.9. Se a oferta não for aceita ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, salvo na situação prevista no item 8.8.1.1, o pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes;
- 7.10. Serão desclassificadas as propostas que:
- a) Forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;
- b) Apresentarem propostas alternativas tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes;
- 7.11. Caso ocorrer desclassificação ou inabilitação por responsabilidade exclusiva da licitante, a mesma poderá sofrer as sanções previstas neste edital.
- 7.12. Da sessão pública do Pregão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site www.comprasnet.gov.br.
- 7.13. O valor final da proposta, após a negociação, não poderá ser superior ao valor máximo estabelecido para a contratação, que será a média da cesta de preços encontrada, nos termos descritos no Decreto 9.900/21, assim considerado o preço médio de mercado.

8 – DA HABILITAÇÃO

- 8.1. A habilitação da licitante detentora da melhor oferta será verificada ao final da etapa de lances.

8.2. O fornecedor que comprovar sua regularidade através do CRC – Certificado de Registro Cadastral do Estado de Goiás, devidamente homologado e regular, ou do SICAF/CADFOR – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal, estará dispensado de apresentar os documentos descritos nos itens 8.3, 8.4, 8.5 e 8.6.2 (conforme art. 4º da Instrução Normativa 004/2011- GS).

8.3 - REGULARIDADE JURÍDICA

8.3.1. Cédula de Identidade.

8.3.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.3.3. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores.

8.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

8.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.4.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

8.4.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.4.3. Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.

8.4.4. Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social, ou ainda prova de garantia em juízo de valor suficiente para pagamento do débito, quando em litígio.

8.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal.

OBS: As comprovações pertinentes aos itens 8.4.4 e 8.4.5, serão alcançadas por meio de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.

8.4.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, se sediado/domiciliado em outra unidade da federação, e do Estado de Goiás.

8.4.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

8.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Obs.: Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal deverá ser de ambas, dispensando-a quando, pela própria natureza das certidões, forem emitidas somente em nome da matriz (deliberação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho “AG” nº 001930/2008).

8.5 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.5.1. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca da sede da licitante pessoa jurídica ou Certidão negativa de execução patrimonial expedida pelo Cartório Distribuidor do domicílio da licitante pessoa física.

8.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Considerar-se-á detentora de boa situação financeira a empresa de cujo Balanço ou Demonstrativo Contábil do último exercício social possam extrair elementos que comprovem o valor igual ou superior a 1 (um).

8.5.2.1. Apresentar a comprovação do índice de liquidez geral apurado no balanço apresentado pela proponente, extraindo os seguintes elementos: I) Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,00 (um inteiro), onde $ILC=AC/PC$ sendo que AC corresponde ao Ativo Circulante e PC corresponde o Passivo Circulante; II) Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,00 (um inteiro), onde $ILG=AC+RLP/ET$ sendo que AC corresponde ao Ativo Circulante, RLP corresponde a Realizável a Longo Prazo, ET corresponde a Exigível Total.

8.5.2.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicadas na imprensa oficial, quando se tratar de sociedades por ações, acompanhado do índice da aferição financeira exigido no subitem 8.5.2.1.

8.5.2.3. A empresa que apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices citados no subitem 8.5.2.1, quando de sua habilitação, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado, através de balanço patrimonial integralizado, do último ano base exigido em Lei.

8.5.2.4. Nos casos em que a comprovação de qualificação econômico-financeira seja por meio de capital social ou patrimônio líquido mínimo, poderá ser requisitada, a qualquer momento, relação dos compromissos assumidos pelos licitantes, que importem diminuição de sua capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira, nos termos do § 4º do artigo 31 da LLC.

8.5.2.5. Na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, não será exigida de microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, em conformidade com o dispositivo legal.

8.6 – DAS DECLARAÇÕES

8.6.1. Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e nem que seus sócios/acionistas estejam impedidos, nos termos da lei, conforme modelo a seguir:

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ n.º _____, declara, sob as penas da lei, que, seus sócios/acionistas não estão enquadrados em nenhuma das vedações contidas no art. 9º da Lei n. 8.666/93, ou seja, que não estão impedidos de contratar com a administração pública (Acórdão 2837 Plenário TCU). Declaramos ainda que os sócios/acionistas não são titulares de cargo eletivo ou comissionado na Administração Pública Estadual, bem como seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (art. 34-A da LEI).

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal.

8.6.2. Declaração de que a empresa não emprega menor, conforme modelo a seguir:

DECLARAÇÃO

Declaração da proponente de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei 9.854/99).

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal.

8.7 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.7.1. ATESTADO ou CERTIDÃO expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, já haver o licitante, realizado fornecimento pertinente ao objeto desta licitação à respectiva pessoa jurídica.

8.8 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.8.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.8.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.8.1.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.8.2. Para fins do disposto no subitem 8.8, o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, devendo ser apresentado juntamente com a documentação de habilitação: I – certidão que ateste o enquadramento expedido pela Junta Comercial ou documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional ou comprovação através do enquadramento no CRC ou SICAF/CADFOR, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório; II – declaração de cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo a seguir:

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, de cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, em que se ateste a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da Lei Complementar Federal n. 123/06.

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

8.9. Todos os documentos deverão estar com prazo vigente e para as certidões que não mencionarem prazo de validade, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

8.10. Nos casos em que a licitante for filial, poderão ser apresentados os seguintes documentos da matriz em detrimento dos documentos da filial, desde que aquela (matriz) centralize o recolhimento dos tributos: Balanço Patrimonial (CNPJ da Matriz); Certidão Negativa de Falência/Concordata (CNPJ da Matriz) e demais casos em que estejam expressos no próprio documento/certidão ou previstos em Lei.

8.11. A licitante detentora da melhor oferta deverá encaminhar no prazo máximo de 2 (duas) horas ao final da fase de lances para análise, via sistema, na opção Documentos Complementares, nova proposta com valores readequados ao valor ofertado e registrado como de menor lance, bem como documentação complementar solicitada pelo pregoeiro, caso ele julgue necessário;

8.11.1. Conforme definido no item 3.2.1 deste, documentos complementares são aqueles necessários a comprovação dos documentos exigidos na habilitação e já apresentados, conforme Art. 26, § 9º do Decreto Estadual 9.666/20, bem como os documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame segundo Acórdão nº 1211/2021 - TCU;

8.11.2 O prazo descrito no item 8.11 poderá ser prorrogado pelo pregoeiro desde que informado no chat a todos os licitantes;

8.12. Os documentos extraídos via INTERNET terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

8.13. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.14. Se a documentação de habilitação não atender às exigências deste Edital, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, estando a licitante sujeita às penalidades, quando for o caso;

9 – DOS RECURSOS

9.1. Declarada a vencedora, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro, com o registro da síntese de suas razões em campo próprio definido pelo Sistema Eletrônico.

9.2. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso.

9.4. À licitante que manifestar intenção de interpor recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias, para apresentação das razões do mesmo, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, se quiserem, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo chat, correios ou entregues

pessoalmente.

9.6. O exame e a instrução dos recursos serão realizados pelo Pregoeiro no prazo de até 3 (três) dias, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas se o Pregoeiro, justificadamente, não reformar sua decisão. A autoridade competente terá o prazo de até 3 (três) dias para decidir o recurso, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo, devidamente comprovado.

9.7. O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8. A decisão do recurso será postada no site www.comprasnet.go.gov.br.

10 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedora. Decididos os recursos, a autoridade superior fará a adjudicação do objeto da licitação.

10.2. A homologação da presente licitação compete ao Secretário de Estado de Esporte e Lazer.

11 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1. Qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório em até 3(três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.

11.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 2 (dias) úteis, contados da data de recebimento do pedido de esclarecimento e/ou da impugnação.

11.3. Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a administração procederá à sua retificação, assim, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimentos ao Edital deverão ser encaminhados em campo próprio do Sistema ComprasNet e serão respondidos no mesmo sistema.

12 – DO PAGAMENTO, DO FATURAMENTO E DO REAJUSTE

12.1. Após a homologação da licitação será emitida Nota de Empenho e Contrato ou instrumento equivalente a favor da Adjudicatária, que após a realização do objeto, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I, a mesma deverá protocolizar para ser atestada pelo gestor do contrato perante ao SETOR REQUISITANTE as Notas Fiscais/Faturas correspondentes.

12.2. Os pagamentos serão efetuados, mensalmente, em até 30 (trinta) dias após protocolizados e aceitação pela Contratante das Notas Fiscais/Faturas correspondentes, devidamente atestadas pelo Gestor da Contratação. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

12.3. Para efetivação do pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista deverá ser comprovada pelos documentos hábeis ou por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC, e outros documentos que possam ser considerados pertinentes pelo setor responsável pelo pagamento da SEEL, devendo a contratada manter todas as condições de habilitação exigidas pela Lei.

12.4. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 12.2, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

12.5. Os preços serão fixos e não reajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta. Após este período será utilizado o IPC-A (IBGE) índice de reajustamento.

12.6. Ocorrendo atraso no pagamento em que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a contratada fará jus a compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$EM = N \times Vp \times (I / 365)$ onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

12.7. Para efeito de emissão da Nota Fiscal o número do CNPJ da SEEL é nº 32.712.376/0001-15.

13 – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente da presente licitação correrá à conta das Dotações Orçamentárias nº s 2022.26.01.04.122.4200.4243.03, 2022.26.01.04.122.4200.4243.04.

14 – DAS PENALIDADES

14.1. As sanções serão aplicadas exclusivamente pelo Secretário de Estado de Esporte e Lazer, sendo considerados na sua aplicação:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste termo as seguintes sanções:

- I - advertência, na hipótese de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II - multa, no percentual de 10% (dez por cento) do valor contratado ou valor adjudicado em prol do licitante, sendo facultada a defesa do interessado no prazo de 15(quinze) dias úteis, contados de sua intimação, ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 14.2. desta cláusula;
- III - impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 14.2. desta cláusula;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será precedida de análise jurídica, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 14.2. desta cláusula, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea III deste item, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- V - as sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II deste item.
- VI - se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- VII - a aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15 – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

- 15.1. Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 10 (dez) dias a partir da notificação, assinar o Contrato ou instrumento equivalente, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.
- 15.2. A celebração do contrato ou instrumento equivalente, nos termos do Decreto Estadual nº 9142 de 22 de janeiro de 2018, estará condicionada à consulta junto ao CADIN Estadual - Goiás. A existência de registro no CADIN consistirá em impedimento à sua celebração implicando na aplicação das disposições das alíneas "a" e "b" do item 15.8 abaixo.
- 15.3. A inexistência de registro no CADIN Estadual – Goiás não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem dispensa a apresentação dos documentos exigidos neste edital e seus anexos.
- 15.4. A recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas.
- 15.5. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 15.6. As exigências do fornecimento, as quantidades, os prazos, bem como as demais condições constam no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 15.7. Caberá à Secretaria de Estado de Esportes e Lazer do Estado de Goiás indicar o gestor do contrato, que deverá observar as disposições dos artigos 51 a 54 da Lei Estadual nº 17.928/2012.
- 15.8. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação.
 - a) Se o licitante vencedor não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não apresentar situação regular, é facultado à Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.
 - b) Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente.
- 15.9- Para fins de assinatura do contrato, será obrigatório o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, conforme Instruções Normativas nº 008/2017-SEGPLAN.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento.
- 16.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme determinação do Art. 50 do Decreto Federal nº 10.024/2019.
- 16.3. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 16.4. Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando houver disposição em contrário. Somente se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente regular e integral na SEEL.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e segurança da contratação.

16.6. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do §1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.7. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através do site www.comprasnet.go.gov.br, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

16.8. Caberá também à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

16.9. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante nos sites www.comprasnet.go.gov.br e nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital.

16.10. Em qualquer fase da licitação, o Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como sanear os erros de pequena relevância, mediante ato devidamente motivado.

16.11. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital eleger-se como foro competente o de Goiânia – GO, com exclusão de qualquer outro.

17 - DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

17.1. As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público ou procedimento congênere, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

18 - DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

18.1 Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, chamamento público ou procedimento congênere, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante instrumento no Anexo VII.

19 – DOS ANEXOS

Constituem Anexos do Edital e dele fazem parte integrante:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Proposta;

ANEXO III- Minuta Contratual

ANEXO IV - Da Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual.

Patrícia de Castro Cavalcante
Gerente de Compras Governamentais

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente certame tem por escopo a aquisição de bebedouros, purificadores e filtros (refis) para serem utilizados nas praças esportivas jurisdicionadas à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição aqui pretendida é de fundamental importância para uma estrutura adequada das praças esportivas jurisdicionadas à esta Secretaria, dotando-as com bebedouros e purificadores novos, dentro dos padrões de controle e salubridade exigidos pelos órgãos de vigilância sanitária. Fundamentado nos princípios que regem à administração pública, foram estimados refis dos filtros para serem substituído no momento apropriado, garantindo o pleno funcionamento do espaço por um período de no mínimo 24 meses, atendendo as recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

2.2. Imperioso destacar, o fornecimento de água com qualidade ao público, servidores e usuários das praças esportivas é uma das condições para obtenção do alvará de funcionamento do espaço, impedindo o eventual embargo ou fechamento do complexo esportivo por parte da vigilância sanitária.

2.3. O compromisso do Governo Estadual é levar benefícios à população, ofertando espaços com qualidade e salubridade, ofertando conforto aos atuais usuários, oportunizando ainda o ingresso de novos atletas, coibindo o uso de meios ilícitos.

3. JUSTIFICATIVAS PARA A DIVISÃO EM LOTES

3.1. O fracionamento em lotes do presente certame tem por escopo atender ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.666/1993 e no art. 24 da Lei Estadual nº 17.928/2012, noticiando que as compras realizadas pela Administração poderão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, buscando sempre o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, ampla competitividade, a celeridade e a vantajosidade na contratação.

3.2. A divisão do presente certame em lotes é mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica e da especificidade dos produtos, haja vista, a compatibilidade entre si dos objetos. No caso em debate, foram aglutinados no mesmo lote itens que guardam semelhança entre si, impossibilitando que seja adquiridos filtros (refil) incompatíveis com o respectivo bebedouro.

3.3. Destarte, a subdivisão em lotes, oportunizará ao poder público maior celeridade, eficiência e controle nos objetos adquiridos.

4. ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES

4.1. Todos os itens que compõem os lotes deverão ser novos e estarem em perfeitas condições de funcionamento, sem marcas, amassados ou arranhões, e equivalerem conforme descrição deste termo inclusive em cor, quando da recepção pela Secretaria de Estado Esporte e Lazer.

4.2. Reiteramos ser imprescindível que o filtro (refil) seja compatível com o bebedouro. Sendo subdivididos em lote, aglutinando na mesma cota o bebedouro e filtro correspondente, impossibilitando o fornecimento de produtos distintos, incompatível entre si.

4.3. Neste sentido, serão adquiridos os seguintes produtos conforme especificações a seguir:

LOTE I					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário	Valor Total
1	BEBEDOURO DE PRESSÃO EM AÇO INOX - modelo coluna; cor inox; duas torneiras de pressão (jato para boca e jato para copo); temperatura da água: natural e gelada; controle automático de temperatura; uso adequado para áreas externas e internas; tensão/voltagem: 220v; refrigeração compressor; termostato interno; capacidade mínima do reservatório 1L; capacidade mínima de fornecimento de água gelada 2L/h; temperatura de resfriamento de 10º C; tipo de filtro: C3; tripla etapa de purificação da água; eficiência em redução de partículas e cloro livre; refil de fácil manutenção e troca; deve vir acompanhado de filtro para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; Garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: BEBEDOURO PURIFICADOR DE PRESSÃO IBBL PURIPRESS 40.	29	unidade	R\$ 1.306,91	R\$37.900,39
2	Filtro (refil) C+3, sistema girou-trocou, 3 etapas de filtragem, vida útil de 3.000L ou 6 meses, bacteriostático, vasão 60L/h, 5 a 50 m.c.a 49,03 a 490,33 kPa.	111	unidade	R\$78,94	R\$8.762,34
TOTAL ESTIMADO LOTE I					R\$46.662,73

LOTE II					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS EM AÇO INOX - construído em aço inox; uso interno e externo; reservatório em polipropileno atóxico com capacidade para 100 litros; boia para regulagem do nível da água; bocal de 03 saídas em latão cromado, sendo duas torneiras e uma válvula jato; refrigeração por compressor; termostato com pelo menos 3 níveis para controle de temperatura; Serpentina em aço inox; aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno; utiliza gás ecológico; tensão/voltagem: 220v; pés reguláveis em ABS injetado de alta resistência; deve vir acompanhado de filtros para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: BEBEDOURO INDUSTRIAL ACQUA GELATA 100 LITROS.	3	unidade	R\$3.713,52	R\$11.140,56
2	Filtro de bebedouro, tipo externo AP200, capacidade 680L/h, material em plástico abs branco, sistema de tripla filtração, água livre de materiais particulados como areia, barro, ferrugem, poeiras e outros sedimentos, além de eliminar mais de 75% do gosto e cheiro do cloro, selo do INMETRO.	16	unidade	R\$74,55	R\$1.192,80
TOTAL ESTIMADO LOTE II					R\$12.333,36

LOTE III					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BEBEDOURO SUSPENSO - para fixação na parede; pode ser utilizado em áreas internas e externas; jato para boca; regulagem do jato de água; protetor bucal flexível; água natural, gelada e misturada; atende ao desenho universal: para pessoas com mobilidade reduzida, deficientes físicos e visuais; teclas em braille; carenagem plástica com proteção UV; gabinete em chapa; tampo em aço inox; refil que possibilita a troca sem fechar o registro; tensão/voltagem: 220v; serpentina externa; tipo de Filtro: C-5 + Pré C+3; 6 etapas de purificação; eficiência na retenção de partículas; eficiência na redução de cloro livre; volume interno do aparelho de no mínimo 1,2 L; capacidade de fornecimento de água gelada de no mínimo 2,75 L/h; temperatura de resfriamento 10ºC; refrigeração por compressor; termostato interno; deve vir acompanhado de filtros para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses.	108	unidade	R\$2.034,68	R\$219.745,44

	Modelo de referência: BEBEDOURO DE PRESSÃO PDF 100 IBBL.				
2	Filtro C+3 pré (refil), uma etapa de purificação, vazão 60L/h, pressão de trabalho 5 a 50 m.c.a. 49,03 a 490,33 kPa, Sistema Girou-trocou.	404	unidade	R\$73,52	R\$29.702,08
3	Filtro (refil) C+5, sistema girou-trocou, 3 etapas de filtragem, vida útil de 3.000L ou 6 meses, bacteriostático, vazão 60L/h, 5 a 50 m.c.a 49,03 a 490,33 kPa.	404	unidade	R\$74,17	R\$29.964,68
TOTAL ESTIMADO LOTE III					R\$279.412,20

LOTE IV					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	PURIFICADOR DE ÁGUA - cor branco, preto ou prata; pode ser utilizado na bancada ou parede; botão misturador possibilitando o fornecimento de água com temperatura natural, gelada e misturada; indicador para quando o refil deve ser trocado; bandeja removível; bica articulável; refil de fácil troca, sem o fechamento do registro; altura livre da bica de no mínimo 22,5 cm; serpentina externa; refrigeração por compressor; capacidade de fornecimento de água gelada de no mínimo 0,6L/h; capacidade interna de no mínimo 1,4L; temperatura de resfriamento 10°C; pés antiderrapantes; filtro tipo CZ+7; eficiência na retenção de cloro livre; eficiência bacteriológica; tensão/voltagem: 220v; deve vir acompanhado de filtros para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: Purificador IBBL Evo Immaginare.	4	unidade	R\$1.091,17	R\$4.364,68
2	filtro CZ+7 sistema girou-trocou, 7 etapas de filtragem, elimina odores e sabores da água, vida útil de 3.000L ou 6 meses, bacteriostático, vazão 60L/h, 5 a 50 m.c.a 49,03 a 490,33 kPa.	16	unidade	R\$94,97	R\$1.519,52
TOTAL ESTIMADO LOTE IV					R\$5.884,20

LOTE V					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BEBEDOUROS DE COLUNA PARA GARRAFÃO - modelo coluna; cor inox e preto; comporta galões de 20litros; fornecimento de água em temperatura natural ou gelada; bandeja removível; serpentina externa; torneira up e down; para ambientes internos e externos; pés antiderrapantes; volume interno do aparelho de no mínimo 1,8L; capacidade de fornecimento de água gelada de no mínimo 2L/h; com sistema easy open abertura automática do garrafão, temperatura de resfriamento entre 5° a 15°C; refrigeração por compressor; termostato regulável externo; tensão/voltagem: 220v; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: Bebedouro EGC35 Inox Esmaltec	15	unidade	R\$1.158,75	R\$17.381,25
TOTAL ESTIMADO LOTE V					R\$17.381,25

4.4. A pesquisa de preços para esta aquisição foi realizada mediante a utilização dos parâmetros descritos no Decreto Estadual nº 9.900, de 7 de julho de 2021 e na Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020 do Ministério da Economia, perfazendo o valor total de **R\$361.673,74** (trezentos e sessenta e um mil seiscentos e setenta e três reais e setenta e quatro centavos).

4.5. Todos os bebedouros/purificadores adquiridos nesta licitação deverão acompanhar um primeiro filtro para uso, perfazendo assim, após a instalação, obtenção de água filtrada por pelo menos 6 meses.

5. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1. Os objetos adquiridos deverão ser entregues na Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, situada na Av. Fued José Sebba, nº 1.170, Jardim Goiás – Estádio Serra Dourada, CEP 74805-100, Goiânia, Goiás, mediante prévio agendamento na Superintendência de Segurança e Infraestrutura Esportiva, por meio do e-mail: supinfra.seel@goias.gov.br.

5.2. O prazo para entrega é de **até 30 (trinta)** dias contados da emissão da nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente;

5.2.1. Durante a vigência do prazo estipulado nesta cláusula, a contratada em razão de fato superveniente que impossibilite ou dificulte a entrega dos bens, poderá realizar pedido devidamente fundamentado, solicitando a dilação do prazo, sendo facultado ao contratante majorar o prazo para entrega dos itens adquiridos, sem aplicação de nenhuma sanção;

5.3. Todos os itens deverão ser novos, sem marcas, amassados ou arranhões, quando do recebimento pelo gestor designado pela Secretaria de Estado Esporte e Lazer.

6. RECEBIMENTO E GARANTIA

6.1. Servidor designado pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, receberá os produtos adquiridos, verificando se os mesmos atendem aos ditames deste termo de referência, na proposta e legislação que rege a matéria. Eventuais irregularidades ou deficiências serão encaminhadas a licitante

vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

6.2. No ato do recebimento, caso o produto apresentado não esteja em conformidade com este termo de referência e na legislação que rege o assunto, o mesmo será recusado total ou parcialmente conforme o caso, sem direito a indenização à empresa vencedora.

6.3. O recebimento do objeto, não exclui a responsabilidade da empresa quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Contratante.

6.4. Deverá ser fornecida garantia dos produtos pelo fabricante de no mínimo 01 (um) ano contados do recebimento definitivo dos produtos.

6.5. O prazo para prestação da garantia nos termos do subitem anterior, será de até 15 dias contados a partir da solicitação.

7. FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

7.1. Caberá a SEEL a emissão de Ordem de Fornecimento, bem como o gerenciamento, a coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos objeto deste Termo e, ainda, fornecer à contratada os dados e os elementos técnicos necessários à realização do objeto licitado.

7.2. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, cabendo ainda:

07.2.1. Dar imediata ciência formal a seus superiores dos incidentes e das ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

07.2.2. Esclarecer prontamente as dúvidas do contratado, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;

07.2.3. Observar se as exigências do edital e do contrato foram atendidas em sua integralidade;

7.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência destas, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

7.5. A gestão do contrato, a ser firmado com a empresa vencedora, compete ao GESTOR nomeado, que dirigirá-se diretamente ao preposto da CONTRATADA.

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. No momento da entrega dos bebedouros/purificadores, a empresa vencedora deverá oferecer treinamento técnico gratuito aos operadores da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer visando a instalação dos purificadores e a substituição dos filtros;

8.2. Indicar na proposta o endereço, telefone fixo ou celular de contato do escritório de representação ou da sede da empresa;

8.2.1. Caso não possua sede empresarial em Goiânia, fazer declaração indicando representante nesta capital;

8.3. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações qualitativas e quantitativas estipulados neste Termo de Referência;

8.4. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

8.5. Levar, imediatamente, ao conhecimento do gestor do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer, para adoção das medidas cabíveis;

8.6. Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais no qual forem constatadas falhas, vícios ou defeitos, incorreções ou qualquer dano, imediatamente;

8.7. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

8.8. A Contratada obriga-se a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.9. Deverá comprovar a regularidade junto ao Sistema da Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, certidão negativa de débitos trabalhistas e a certidão negativa de falência sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

8.10. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao Contratante, inclusive transporte até o local indicado, tributos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ou quaisquer outros resultantes da sua condição de empregadora;

8.11. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta aquisição, sem prévia autorização da contratante;

8.12. Cumprir, além do estatuído neste Termo de Referência, as orientações do Gestor do Contrato e as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;

8.13. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;

8.14. Responsabilizarem-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se igualmente por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigida por força da Lei;

8.15. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65 da Lei federal nº. 8.666/93 e alterações.

8.15.1. Para efeito de observância dos limites de alterações contratuais previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, as reduções ou supressões de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência.
- 9.2. Designar servidor(es) para procederem a fiscalização e acompanhamento da entrega dos materiais objeto deste Termo de Referência.
- 9.3. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre irregularidades observadas no cumprimento do presente objeto, sob pena de aplicação de sanções.
- 9.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor visando a correta execução do objeto licitado.
- 9.5. Dar conhecimento ao titular e a contratada de quaisquer fatos que possam afetar a entrega do objeto.
- 9.6. Exigir a fiel observância das especificações e condições previstas nesse Termo de Referência, bem como recusar os produtos e/ou materiais que estiverem em desacordo.
- 9.7. Receber os produtos licitados e efetuar o pagamento dentro dos prazos e dos valores pactuados.
- 9.8. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto do contrato em desacordo com o presente termo, sem direito a indenização à empresa.

10. FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.2. A Nota Fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada dos itens: nome, CNPJ, endereço, números do banco, agência e conta corrente da contratada; descrição do objeto contratado, número da Nota de Empenho, além das devidas conferências e atesto por parte da contratante;
 - 10.2.1. Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade, junto ao Sistema da Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, certidão negativa de débitos trabalhistas e a certidão negativa de falência sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;
- 10.3. O aceite dos objetos prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos itens efetivamente entregues;
- 10.4. Em hipótese alguma serão pagos produtos não entregues;
- 10.5. Se houver erro na nota fiscal, ou a ocorrência de qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades pela contratada;
 - 10.5.1. Durante o período em que o recebimento estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da contratada, não incidirá sobre a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer quaisquer ônus, inclusive financeiro;
- 10.6. A Contratada obriga-se a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 11.1. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca da sede da licitante pessoa jurídica ou Certidão negativa de execução patrimonial expedida pelo Cartório Distribuidor do domicílio da licitante pessoa física.
- 11.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Considerar-se-á detentora de boa situação financeira a empresa de cujo Balanço ou Demonstrativo Contábil do último exercício social possam extrair elementos que comprovem o valor igual ou superior a 1 (um).
 - 11.2.1. Apresentar a comprovação do índice de liquidez geral apurado no balanço apresentado pela proponente, extraindo os seguintes elementos: I) Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,00 (um inteiro), onde $ILC=AC/PC$ sendo que AC corresponde ao Ativo Circulante e PC corresponde o Passivo Circulante; II) Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,00 (um inteiro), onde $ILG=AC+RLP/ET$ sendo que AC corresponde ao Ativo Circulante, RLP corresponde a Realizável a Longo Prazo, ET corresponde a Exigível Total.
 - 11.2.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicadas na imprensa oficial, quando se tratar de sociedades por ações, acompanhado do índice da aferição financeira exigido no subitem 8.5.2.1.
 - 11.2.3. A empresa que apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices citados no subitem 8.5.2.1, quando de sua habilitação, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado, através de balanço patrimonial integralizado, do último ano base exigido em Lei.
 - 11.2.4. Nos casos em que a comprovação de qualificação econômico-financeira seja por meio de capital social ou patrimônio líquido mínimo, poderá ser requisitada, a qualquer momento, relação dos compromissos assumidos pelos licitantes, que importem diminuição de sua capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira, nos termos do § 4º do artigo 31 da LLC.
 - 11.2.5. Na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, não será exigida de microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, em conformidade com o dispositivo legal.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 12.1. ATESTADO ou CERTIDÃO expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, já haver o licitante, realizado fornecimento pertinente ao objeto desta licitação à respectiva pessoa jurídica.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. A contratada, nos termos do art. 77 da Lei Estadual 17.928, de 27 de dezembro de 2012, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado do CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais se cometer uma ou mais das seguintes faltas:
 - 13.1.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado junto ao CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas na cláusula 10.2 deste termo de referência e das demais cominações legais;

13.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.2.1. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

13.2.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

13.2.3. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

13.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao CADFOR;

13.4. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa;

13.5. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2022

Processo nº 202217576001649

Nome da empresa:

Cnpj:

Dados bancários:

Nome do responsável legal:

Prazo da validade da proposta: (mínimo de 90 dias)

LOTE I					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário	Valor Total
1	BEBEDOURO DE PRESSÃO EM AÇO INOX - modelo coluna; cor inox; duas torneiras de pressão (jato para boca e jato para copo); temperatura da água: natural e gelada; controle automático de temperatura; uso adequado para áreas externas e internas; tensão/voltagem: 220v; refrigeração compressor; termostato interno; capacidade mínima do reservatório 1L; capacidade mínima de fornecimento de água gelada 2L/h; temperatura de resfriamento de 10º C; tipo de filtro: C3; tripla etapa de purificação da água; eficiência em redução de partículas e cloro livre; refil de fácil manutenção e troca; deve vir acompanhado de filtro para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; Garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: BEBEDOURO PURIFICADOR DE PRESSÃO IBBL PURIPRESS 40.	29	unidade	R\$	R\$
2	Filtro (refil) C+3, sistema girou-trocou, 3 etapas de filtragem, vida útil de 3.000L ou 6 meses, bacteriostático, vasão 60L/h, 5 a 50 m.c.a 49,03 a 490,33 kPa.	111	unidade	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO LOTE I					R\$

LOTE II					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS EM AÇO INOX - construído em aço inox; uso interno e externo; reservatório em polipropileno atóxico com capacidade para 100 litros; boia para regulagem do nível da água; bocal de 03 saídas em latão cromado, sendo duas torneiras e uma válvula jato; refrigeração por compressor; termostato com pelo menos 3 níveis para controle de temperatura; Serpentina em aço inox; aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno; utiliza gás ecológico; tensão/voltagem:	3	unidade	R\$	R\$

	220v; pés reguláveis em ABS injetado de alta resistência; deve vir acompanhado de filtros para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: BEBEDOURO INDUSTRIAL ACQUA GELATA 100 LITROS.				
2	Filtro de bebedouro, tipo externo AP200, capacidade 680L/h, material em plástico abs branco, sistema de tripla filtração, água livre de materiais particulados como areia, barro, ferrugem, poeiras e outros sedimentos, além de eliminar mais de 75% do gosto e cheiro do cloro, selo do INMETRO.	16	unidade	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO LOTE II					R\$

LOTE III					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BEBEDOURO SUSPENSO - para fixação na parede; pode ser utilizado em áreas internas e externas; jato para boca; regulagem do jato de água; protetor bucal flexível; água natural, gelada e misturada; atende ao desenho universal: para pessoas com mobilidade reduzida, deficientes físicos e visuais; teclas em braille; carenagem plástica com proteção UV; gabinete em chapa; tampo em aço inox; refil que possibilita a troca sem fechar o registro; tensão/voltagem: 220v; serpentina externa; tipo de Filtro: C-5 + Pré C+3; 6 etapas de purificação; eficiência na retenção de partículas; eficiência na redução de cloro livre; volume interno do aparelho de no mínimo 1,2 L; capacidade de fornecimento de água gelada de no mínimo 2,75 L/h; temperatura de resfriamento 10°C; refrigeração por compressor; termostato interno; deve vir acompanhado de filtros para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: BEBEDOURO DE PRESSÃO PDF 100 IBBL.	108	unidade	R\$	R\$
2	Filtro C+3 pré (refil), uma etapa de purificação, vazão 60L/h, pressão de trabalho 5 a 50 m.c.a. 49,03 a 490,33 kPa, Sistema Girou-trocou.	404	unidade	R\$	R\$
3	Filtro (refil) C+5, sistema girou-trocou, 3 etapas de filtragem, vida útil de 3.000L ou 6 meses, bacteriostático, vazão 60L/h, 5 a 50 m.c.a 49,03 a 490,33 kPa.	404	unidade	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO LOTE III					R\$

LOTE IV					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	PURIFICADOR DE ÁGUA - cor branco, preto ou prata; pode ser utilizado na bancada ou parede; botão misturador possibilitando o fornecimento de água com temperatura natural, gelada e misturada; indicador para quando o refil deve ser trocado; bandeja removível; bica articulável; refil de fácil troca, sem o fechamento do registro; altura livre da bica de no mínimo 22,5 cm; serpentina externa; refrigeração por compressor; capacidade de fornecimento de água gelada de no mínimo 0,6L/h; capacidade interna de no mínimo 1,4L; temperatura de resfriamento 10°C; pés antiderrapantes; filtro tipo CZ+7; eficiência na retenção de cloro livre; eficiência bacteriológica; tensão/voltagem: 220v; deve vir acompanhado de filtros para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: Purificador IBBL Evo Immaginare.	4	unidade	R\$	R\$
2	filtro CZ+7 sistema girou-trocou, 7 etapas de filtragem, elimina odores e sabores da água, vida útil de 3.000L ou 6 meses, bacteriostático, vazão 60L/h, 5 a 50 m.c.a 49,03 a 490,33 kPa.	16	unidade	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO LOTE IV					R\$

LOTE V					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BEBEDOUROS DE COLUNA PARA GARRAFÃO - modelo coluna; cor inox e preto; comporta galões de 20litros; fornecimento de água em temperatura natural ou gelada; bandeja removível; serpentina externa; torneira up e down; para ambientes internos e externos; pés antiderrapantes; volume interno do aparelho de no mínimo 1,8L; capacidade de fornecimento de água gelada de no mínimo 2L/h; com sistema easy open abertura automática do garrafão, temperatura de resfriamento entre 5° a 15°C; refrigeração por compressor; termostato regulável externo; tensão/voltagem: 220v; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: Bebedouro EGC35 Inox Esmaltec	15	unidade	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO LOTE V					R\$

O valor total dos lotes é de **R\$ (...)**.

Declaro que no preço proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão de obra especializada ou não, segurança em geral, equipamentos, ferramentas, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa dos serviços, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Estado de Goiás, nem qualquer outro pagamento adicional.

Declaro, ainda, que li e concordo com os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 0__/2022-SEEL/GO e seus anexos.

.....
(DATA)

.....
(Digitar o nome do representante legal e assinar)

ANEXO III
MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO N° /2022

Contrato que entre si celebram o ESTADO DE GOIÁS e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx cujo objeto é o fornecimento de bebedouros, purificadores e filtros, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Edital e demais Anexos, que ensejaram o Pregão de nº 28/2022, nos termos da cláusulas e condições que se seguem:

O ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, inscrita no CNPJ sob o nº 32.712.376/0001-15, com sede à Av. Fued José Sebba, nº 1.170, Estádio Serra Dourada, Jardim Goiás, nesta capital, doravante denominada CONTRATANTE, ora representada por seu titular, Sr. HENDERSON DE PAULA RODRIGUES, brasileiro, casado, portador do RG nº 13836138 SSP-SP e do CPF nº 045.698.898-08, e de outro lado a empresa XXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede à xxx CEP: xxxxx-xxx, xxxxx, xx, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada na forma de seus estatutos pelo Sr. XXXXXXXXXX portador do RG nº xxxx – xxxx e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, resolvem firmar o presente contrato conforme legislação e especificações, quantitativos e condições constantes no Edital e anexos e demais disposições fixadas neste edital e seus anexos, resultante do Pregão Eletrônico nº 28/2022, objeto do Processo 202217576001649 da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer, estando as partes sujeitas aos preceitos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Lei Estadual nº 18.989 de 27 de agosto de 2015 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de bebedouros, purificadores e filtros (refis) para serem utilizados nas praças esportivas jurisdicionadas à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL.

Parágrafo Primeiro – A Contratada se obriga ao cumprimento de todas as diretrizes contidas no Edital do Pregão de nº 28 que ensejou o presente contrato, e, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

LOTE I					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário	Valor Total
1	BEBEDOURO DE PRESSÃO EM AÇO INOX - modelo coluna; cor inox; duas torneiras de pressão (jato para boca e jato para copo); temperatura da água: natural e gelada; controle automático de temperatura; uso adequado para áreas externas e internas; tensão/voltagem: 220v; refrigeração compressor; termostato interno; capacidade mínima do reservatório 1L; capacidade mínima de fornecimento de água gelada 2L/h; temperatura de resfriamento de 10º C; tipo de filtro: C3; tripla etapa de purificação da água; eficiência em redução de partículas e cloro livre; refil de fácil manutenção e troca; deve vir acompanhado de filtro para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; Garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: BEBEDOURO PURIFICADOR DE PRESSÃO IBBL PURIPRESS 40.	29	unidade	R\$	R\$
2	Filtro (refil) C+3, sistema girou-trocou, 3 etapas de filtragem, vida útil de 3.000L ou 6 meses, bacteriostático, vasão 60L/h, 5 a 50 m.c.a 49,03 a 490,33 kPa.	111	unidade	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO LOTE I					R\$

LOTE II					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS EM AÇO INOX - construído em aço inox; uso interno e externo; reservatório em polipropileno atóxico com capacidade para 100 litros; boia para regulagem do nível da água; bocal de 03 saídas em latão cromado, sendo duas torneiras e uma válvula jato; refrigeração por compressor; termostato com pelo menos 3 níveis para controle de temperatura; Serpentina em aço inox;	3	unidade	R\$	R\$

	aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno; utiliza gás ecológico; tensão/voltagem: 220v; pés reguláveis em ABS injetado de alta resistência; deve vir acompanhado de filtros para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: BEBEDOURO INDUSTRIAL ACQUA GELATA 100 LITROS.				
2	Filtro de bebedouro, tipo externo AP200, capacidade 680L/h, material em plástico abs branco, sistema de tripla filtração, água livre de materiais particulados como areia, barro, ferrugem, poeiras e outros sedimentos, além de eliminar mais de 75% do gosto e cheiro do cloro, selo do INMETRO.	16	unidade	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO LOTE II					R\$

LOTE III					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BEBEDOURO SUSPENSO - para fixação na parede; pode ser utilizado em áreas internas e externas; jato para boca; regulagem do jato de água; protetor bucal flexível; água natural, gelada e misturada; atende ao desenho universal: para pessoas com mobilidade reduzida, deficientes físicos e visuais; teclas em braille; carenagem plástica com proteção UV; gabinete em chapa; tampo em aço inox; refil que possibilita a troca sem fechar o registro; tensão/voltagem: 220v; serpentina externa; tipo de Filtro: C-5 + Pré C+3; 6 etapas de purificação; eficiência na retenção de partículas; eficiência na redução de cloro livre; volume interno do aparelho de no mínimo 1,2 L; capacidade de fornecimento de água gelada de no mínimo 2,75 L/h; temperatura de resfriamento 10°C; refrigeração por compressor; termostato interno; deve vir acompanhado de filtros para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: BEBEDOURO DE PRESSÃO PDF 100 IBBL.	108	unidade	R\$	R\$
2	Filtro C+3 pré (refil), uma etapa de purificação, vazão 60L/h, pressão de trabalho 5 a 50 m.c.a. 49,03 a 490,33 kPa, Sistema Girou-trocou.	404	unidade	R\$	R\$
3	Filtro (refil) C+5, sistema girou-trocou, 3 etapas de filtragem, vida útil de 3.000L ou 6 meses, bacteriostático, vazão 60L/h, 5 a 50 m.c.a 49,03 a 490,33 kPa.	404	unidade	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO LOTE III					R\$

LOTE IV					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	PURIFICADOR DE ÁGUA - cor branco, preto ou prata; pode ser utilizado na bancada ou parede; botão misturador possibilitando o fornecimento de água com temperatura natural, gelada e misturada; indicador para quando o refil deve ser trocado; bandeja removível; bica articulável; refil de fácil troca, sem o fechamento do registro; altura livre da bica de no mínimo 22,5 cm; serpentina externa; refrigeração por compressor; capacidade de fornecimento de água gelada de no mínimo 0,6L/h; capacidade interna de no mínimo 1,4L; temperatura de resfriamento 10°C; pés antiderrapantes; filtro tipo CZ+7; eficiência na retenção de cloro livre; eficiência bacteriológica; tensão/voltagem: 220v; deve vir acompanhado de filtros para primeira instalação; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: Purificador IBBL Evo Immaginare.	4	unidade	R\$	R\$
2	filtro CZ+7 sistema girou-trocou, 7 etapas de filtragem, elimina odores e sabores da água, vida útil de 3.000L ou 6 meses, bacteriostático, vazão 60L/h, 5 a 50 m.c.a 49,03 a 490,33 kPa.	16	unidade	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO LOTE IV					R\$

LOTE V					
ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	VALOR ESTIMADO	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BEBEDOUROS DE COLUNA PARA GARRAFÃO - modelo coluna; cor inox e preto; comporta galões de 20litros; fornecimento de água em temperatura natural ou gelada; bandeja removível; serpentina externa; torneira up e down; para ambientes internos e externos; pés antiderrapantes; volume interno do aparelho de no mínimo 1,8L; capacidade de fornecimento de água gelada de no mínimo 2L/h; com sistema easy open abertura automática do garrafão, temperatura de resfriamento entre 5° a 15°C; refrigeração por compressor; termostato regulável externo; tensão/voltagem: 220v; certificado pelo INMETRO; garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Modelo de referência: Bebedouro EGC35 Inox Esmaltec	15	unidade	R\$	R\$
TOTAL ESTIMADO LOTE V					R\$

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O gestor do presente contrato será responsável por todos os atos de gestão, ficando à disposição da empresa para aclarar quaisquer dúvidas, durante o período de vigência, cabendo a ele registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas, em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

3.2. O contrato terá validade 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA- DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados a partir da emissão da Nota Fiscal;

4.2. O pagamento será realizado, mensalmente, através de Ordem de Pagamento emitida pela SEL, após a prestação do serviço e mediante nota fiscal ou fatura mensal, que deverá ser atestada pelo setor responsável pela gestão do contrato e encaminhada para área financeira, contendo:

- data da emissão;
- valor unitário;
- valor total;
- a especificação do serviço com datas dos eventos;
- apresentar a Nota Fiscal eletrônica em original ou a nota fiscal/fatura em primeira via original.

CLAUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada se obriga a efetuar a entrega do objeto em conformidade com os prazos, locais e quantidades estipuladas no Edital e e seus anexos.

5.2. Submeter-se à fiscalização da SEEL, através do setor competente, que acompanhará a execução do contrato, orientando, fiscalizando e intervindo com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas.

5.4. Cumprir os postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal advindos relativos ao objeto contratado;

5.5. A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço contratado.

5.6. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares. Arcar com todos os ônus de transportes, fretes, carga e descarga.

5.7. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.

5.8. Atender prontamente, reclamação, exigência, ou observação realizada pela CONTRATANTE, pertinente aos serviços.

5.9. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato.

5.10. A empresa adjudicatária deverá, como condição para assinatura do contrato, apresentar declaração informando a existência de Programa de Integridade ou *Compliance* implantado, conforme as condições estabelecidas na Lei Estadual nº 20.489/2019.

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Exercer a fiscalização da execução do objeto, cujo representante da Administração será designado oportunamente, na forma prevista em Lei;

6.2. Designar oportunamente Gestor ou Comissão para recebimento e fiscalização dos serviços.

6.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas nos serviços;

6.4. Definir o local de execução dos serviços;

6.5. Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto;

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. As sanções serão aplicadas conforme Lei Estadual nº. 17.928/2012:

“Art. 77. Constituem ilícitos administrativos, a serem considerados em todas as modalidades licitatórias, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, além da prática dos atos previstos nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a prática dos atos previstos no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los.

Art. 78. Ao candidato a cadastramento, ao licitante e ao contratado, que incorram nas faltas referidas no art. 77 aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, quando se tratar de licitação na modalidade pregão.

Art. 79. Nas hipóteses previstas no art. 77, o interessado poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que as indicou.

§ 1º Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

§ 2º Concluída a instrução processual, a comissão designada ou, quando for o caso, o serviço de registro cadastral, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente para aplicar a penalidade, após o pronunciamento da área jurídica.

Art. 80. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado, além das sanções referidas no art. 78, à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

§ 1º A multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

§ 3º Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 81. A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração deverão ser graduados pelos seguintes prazos:

I – 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida;

II – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens;

III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) **paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;**

c) **praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;**

d) **sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.**

Parágrafo único. Na modalidade pregão, ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sendo descredenciado do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

Art. 82. O contratado que praticar infração prevista no art. 81, inciso III, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.

Art. 83. Qualquer penalidade aplicada ao candidato a cadastramento, ao licitante ou ao contratado deverá ser informada, imediatamente, à unidade gestora de serviço de registro cadastral.”

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR, DA ESPECIFICAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Parágrafo 1º – O valor do presente contrato de acordo com a Proposta Comercial da CONTRATADA é de R\$ (reais).

Parágrafo 2º – O valor do contrato será fixo pelo período de 12 meses contados da apresentação da proposta.

Parágrafo 3º – As despesas decorrentes da execução deste contrato, correrão neste exercício, à conta da verba nº 2022.26.01.04.122.4200.4243.03, 2022.26.01.04.122.4200.4243.04, do vigente Orçamento, conforme DUEOF nº xxx, de xxxxx, no valor de R\$ xxxx , emitida pela Seção competente da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Parágrafo 1º – A rescisão do presente contrato poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;
- judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo 2º – A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Na hipótese de rescisão serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o foro de Goiânia para dirimir as questões oriundas da execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Parágrafo 1º - As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público ou procedimento congênere, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

Parágrafo 1º - Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, chamamento público ou procedimento congênere, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante instrumento em Anexo. (ACRESCENTAMOS)

E, por estarem as partes desse modo contratadas, foi o presente instrumento assinado no sistema SEI.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, em Goiânia, aos ____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte e dois.

Pela **CONTRATADA**:

EMPRESA

Pela **CONTRATANTE**:

Henderson de Paula Rodrigues

Secretário de Estado de Esporte e Lazer

ANEXO IV DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

1. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).
2. A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

3. A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.
4. O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.
5. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.
6. Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (incluso o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.
7. A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
8. As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, em Goiânia, aos ____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte e dois.

Pela **CONTRATADA**:

EMPRESA

Pela **CONTRATANTE**:

Henderson de Paula Rodrigues
Secretário de Estado de Esporte e Lazer



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA DE CASTRO CAVALCANTE, Gerente Especial**, em 30/08/2022, às 09:51, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000032977616** e o código CRC **961779FF**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
AVENIDA FUED JOSÉ SEBBA 1170, S/C - Bairro JARDIM GOIÁS - GOIANIA - GO - CEP 74805-100 - (62)3201-3953.



Referência: Processo nº 202217576001649



SEI 000032977616